

## O acordo bilateral Brasil/Canadá na educação profissional para o programa *Mulheres Mil*

*The bilateral accords between Brazil and Canada for professional education with the “Mulheres mil” project*

Recebido: 25/05/2021 | Revisado:  
05/07/2021 | Aceito: 30/07/2021 |  
Publicado: 29/09/2021

### Rita de Cássia Rocha

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5746-9948>

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Norte -  
IFRN, Brasil  
E-mail: [ritarochapedagoga@gmail.com](mailto:ritarochapedagoga@gmail.com)

### Lenina Lopes Soares Silva

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0517-4742>

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Norte -  
IFRN, Brasil  
E-mail: [lenina.lopes@ifrn.edu.br](mailto:lenina.lopes@ifrn.edu.br)

**Como citar:** ROCHA, R. de C.; SILVA, L. S. O acordo bilateral Brasil/Canadá na educação profissional para o programa Mulheres Mil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. 1 – 25. e12952, set. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

O acordo bilateral de cooperação técnica entre o Brasil e o Canadá é parte da agenda colaborativa baseada na metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia. O processo de intercâmbio permitiu que ocorresse a sistematização e implementação de um projeto piloto, intitulado Mulheres Mil, direcionado à formação profissional de mulheres desenvolvido pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no período de 2007 a 2010, em instituições presentes nos Estados do Norte e Nordeste do Brasil. A experiência formativa permitiu a formulação de uma política nacional de educação profissional direcionada às mulheres, centrado nos eixos de educação, cidadania e sustentabilidade conexo às ações do Plano Brasil Sem Miséria.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Mulheres; Políticas Públicas; Programa Nacional Mulheres Mil; Vulnerabilidade Social.

### Abstract

This bilateral agreement to cooperation between Brazil and Canada is part of a collaborative agenda based on the Assessment and Acknowledgment of Previous Learning method. This exchange process enabled the implementation and systematization of a pilot project called “Mulheres Mil”, directed to graduating women within Brazil’s “Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (RFEPT) between 2007 and 2010, at institutions located at Brazil’s North and Northeast regions. This enrichment experience enabled the making of a national policy on professional education directed to women, based on the pillars of education, citizenship and sustainability, which are connected to the actions of the “Plano Brasil Sem Miséria” policy.

**Keywords:** Professional Education; Women; Public Policies; National Thousand Women Program; Social Vulnerability.

## 1 INTRODUÇÃO

Diversas narrativas e até alguns dos antigos mitos gregos, tais como Aracne e Ariadne, Penélope, dentre outros, evidenciam o ideal feminino da mulher: um ideal não enquanto gênero, mas como dinâmica de vida em suas relações sociais e formas de ser, de trabalhar e de viver. São relatos que falam de mulheres as quais anseiam e que, enquanto anseiam, tecem e ornem. A autora Ana Maria Machado (2001), em seu livro “Texturas”, referindo-se aos estudos de *Treusch-Dieter* sobre a tecelagem, a fiação e a mulher, ressalta que a atividade de tecelã pode ser evidenciada como o paradigma da produtividade feminina e menciona que, na história da humanidade, os processos produtivos que envolvem o ato de fiar e tecer foram pertinentes às mãos de mulheres até o advento do tear mecânico. Etimologicamente, “tecer” vem do latim *tecere*, que significa tramar fios, textos, palavras, ideias. Assim sendo, é pensando em uma tecitura que elaboramos esse artigo, derivado de estudos de uma pesquisa sobre educação para o trabalho de mulheres no Brasil.

Intencionalmente, intitulamos este texto como “O acordo bilateral Brasil/Canadá na educação profissional para o Programa Mulheres Mil”, como tramas que entrelaçam uma metodologia de avaliação e de reconhecimento de aprendizagem prévia para forjar uma política educacional que se tornou a gênese do Programa Nacional Mulheres Mil no Brasil. Assim, por se tratar de um estudo que relata a experiência de cooperação entre países no campo da profissionalização de mulheres via processo educativo, por meio de um programa direcionado a mulheres em situação de vulnerabilidade social, com embasamento em propostas de natureza social inclusiva, tornamos esse a justificativa necessária para seu desenvolvimento no sentido de problematização ao nos questionarmos: como ocorreu tal acordo? Como ele se desenvolveu em termos de negociação? E como foi formulado e implantado no país? Consideramos, como pressuposto, que nas tramas do acordo, a diferença em termos de condições existenciais de vulnerabilidade social de mulheres no Brasil e no Canadá devem ser observadas.

Neste trabalho, compreende-se que as políticas públicas se constituem no arcabouço estatal que permite a formalização, a organização e a operacionalização dos interesses sociais e econômicos de efetivação do ideário societário. Dessa forma, o Estado tem os meios e a materialização dos seus princípios e ideais na política. Ou seja, as políticas públicas resultam do entrelaçar de forças (fios) que estão dispostos no tear (poder do Estado/instituições/Sociedade) que, dependendo da trama, podem promover um tecido social resistente ou propício ao esgarçamento desse tear (AZEVEDO, 2004; BOBBIO, 2000).

Portanto, ao analisar as práticas do Estado-Nação na constituição de uma política pública, torna-se imperativo compreender que se está analisando uma construção social em que disputas de interesses estão presentes. Desse modo, conhecer melhor as políticas educacionais representa, assim, conhecer melhor o papel do Estado e as disputas pelo poder no seu interior para além dele, posto que os Estados atuais se materializam politicamente em diálogo constante com outros, tecem juntos ou em conjunto e estão inseridos no processo de globalização social, cultural e econômico (SANTOS, 2003; DÍAS, 2007).

Para atender a finalidade dessa discussão, estruturamos o texto em quatro tópicos, antecedidos por esta introdução, que apresenta sua justificativa e intencionalidade. Os tópicos expõem, respectivamente, o contexto em que as políticas educacionais do pós anos 1990 foram tecidas e a cooperação internacional entre o Brasil e o Canadá, situando a metodologia de avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia como política educacional e a gênese do Programa Mulheres Mil. Por fim, tecemos as considerações finais.

## **2 A TECITURA DOS ANOS 1990 E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DIANTE DAS REFORMAS E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS**

Em nosso país, a travessia dos anos 1970 e 1980 é marcada por lutas sociais que objetivavam o fim do Regime Militar (instituído em 1964), previam e perspectivavam a democracia, a garantia dos direitos sociais fundamentais, dentre outras pautas. Esta época se define, na literatura consultada, como do processo pela redemocratização. Um importante marco deste período é a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã. Ela é magnânima em prescrições de direitos, dentre eles os sociais - educação, saúde, trabalho, moradia, alimentação, transporte, segurança, dentre outros. O artigo 205, por exemplo, estabelece com grande propriedade que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Esse direito deveria ser garantido mediante políticas sociais e econômicas para a emancipação dos cidadãos, o acesso universal de forma democrática aos conhecimentos científicos, as tecnologias e a todas as formas de cultura. De igual modo, as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais referendaram tais dispositivos constitucionais (GERMANO, 2001).

O direito à educação se une ao do trabalho e se reveste de caráter fundamental e social. A educação formal deveria ser efetivada pelo Estado no universo escolar para todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sexo, gênero ou condição social. Caberia então a cada ente federativo analisar a situação de sua localidade para assegurar o direito à educação e ao trabalho, assim como direito à vida e à transformação social.

Estas premissas são as mesmas propostas, em nível mundial, de vários órgãos multilaterais e organizacionais que recorrem ao tear histórico para afirmar que a humanidade tem perseguido o ideário da educação para todos no transcorrer dos últimos séculos. Neste contexto, a ascensão da visão de cidadania universal proclamada pela burguesia em contraposição aos privilégios feudais da Idade Média representou também a ascensão da ideia de educação universal (SAVIANI, 2003). Todavia, esses são valores de uma classe social e seus efeitos contraditórios têm se apresentado ao longo dos séculos como fios que se dispersam e não conseguem formar um tecido agregado capaz de suportar as diferenças humanas e sociais, principalmente em seus aspectos econômicos.

No entanto, desde o século passado, ancorados neste ideário liberal de educação para todos e sob o patrocínio das instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, entre outras, identifica-

se a formulação de documentos normativos, bem como a realização de eventos que selam compromissos entre as nações voltados à Educação.

A Conferência de Jomtien<sup>1</sup>, realizada em 1990, centrou todas as atenções e definições de estratégias em torno do alcance da Educação Primária Universal (EPU) e da melhoria nos serviços de educação básica, constituindo-se como um marco paradigmático que inaugura, por assim dizer, a era da chamada educação para todos, a qual assegura, em seus termos, que a educação deve estar universalmente disponível. A partir dela, registramos uma diversidade de outros eventos internacionais, como as Conferências Mundiais e Ibero-Americanas de Educação, Sessões do Comitê Intergovernamental Regional do Projeto Principal para a Educação, Fóruns Internacionais Consultivos sobre Educação para Todos, Reuniões do Grupo de Alto Nível de Educação para Todos, Semanas de Ação Mundial ou Semanas de Educação para Todos, O Marco de Ação de Dakar, em 2000, reforça a adoção de esforços coletivos e reedita os compromissos de assegurar as necessidades educacionais que, articuladas a outras ações, caminham ao encontro do enfrentamento à pobreza (BRASIL, 2013) e defendem o desenvolvimento social e humano.

Os acordos internacionais se estabelecem como marcos constituintes e direcionadores das políticas dos países signatários. Constituem-se, assim, como as regras da urdidura dos fios no tear, cujas tramas formatam a contextura da ordem social hegemônica com novas amarrações aqui e ali para que os fios não se desgastem mais do que o necessário à permanência sem conflitos dessa hegemonia.

Contudo, quando se trata da educação profissional, o lastro teórico de sustentação das análises que discutem a relação trabalho e educação que subsidiam este estudo é contundente em afirmar que as políticas traçadas/trançadas articulam seus fins/fios aos interesses do mercado de trabalho, a ponto de relativizar sua função quanto à exclusão social. Consequentemente, estão de encontro com a questão da superação do desemprego e da situação das populações em risco social (MOURA, 2009 e 2013; MOLL, 2010).

O governo brasileiro, no Plano Plurianual de 2004-2007<sup>2</sup>, estabeleceu os objetivos nacionais voltados para apoiar o crescimento econômico através da inclusão social e econômica de populações marginalizadas, especificamente nas regiões Nordeste e Norte e na circunvizinhança das grandes cidades. Entendemos que o governo procurou alicerçar a construção social democrática, promovendo a equidade e a promoção da cidadania e, neste bojo, reconheceu as questões de interesse das mulheres desfavorecidas, uma vez que fez significativos esforços a fim de melhorar a educação pós-secundária e elementar.

No tocante à definição da agenda política voltada à educação profissional, o governo brasileiro, assume, a partir dos anos de 2000, a responsabilidade de implementar e expandir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que seria criada em 2008. Essa Rede visa fortalecer as redes federal e estaduais com ações que compreendem a instituição dos instrumentos jurídicos que

---

<sup>1</sup>Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Link: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 0 de julho de 2021.

<sup>2</sup> Lei nº 10.933/2004. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2004-2007/040811\\_lei\\_10933.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2004-2007/040811_lei_10933.pdf).

redefiniram a forma de oferta da educação profissional, bem como possibilitam a criação de programas educacionais específicos, alocação de recursos, reformas e construções de novas escolas (SILVA, FERREIRA, AZEVEDO e ROCHA, 2019).

Com relação à legislação, destacamos as ações que partem do que se encontra disposto nos Decretos nº. 5154/2005 e nº. 5.840/2006, que viabilizam a ampliação das possibilidades de itinerários formativos distintos: no primeiro a oferta de Educação Profissional Integrada, Concomitante e Subsequente; o segundo, a definição de atendimento à população de jovens e adultos que não possuem educação básica e profissional, de possuir na forma integrada<sup>3</sup> (SILVA, FERREIRA, AZEVEDO e ROCHA, 2019).

Quanto à ampliação da rede federal, destaca-se a transformação institucional dos Centros Federais de Educação Profissional e Escolas Técnicas Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia<sup>4</sup>, por meio da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, equiparando-os às universidades. Quanto ao Ensino Superior, destacamos as responsabilidades específicas delegada aos Institutos Federais criados nesse momento, qual seja, a formação docente, em especial, a formação de professores da área de Ciências da Natureza e Matemática - que é umas das áreas com maior déficit na educação nacional -, bem como a articulação de seus cursos com os arranjos produtivos locais.

A nova institucionalidade abrange todo o território nacional e apresenta como missão assumir no âmbito estadual o fomento ao desenvolvimento educacional e tecnológico em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo da centenária história da Escola de Aprendizizes e Artífices<sup>5</sup>.

No âmbito da gestão institucional, os Institutos buscam mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade. Essa responsabilidade recai na oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, além de apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente por meio de métodos de autogestão. Num contexto mais amplo, os Institutos, também, devem contribuir para as transformações da sociedade, tendo em vista que são nas relações sociais que são construídos os processos educacionais. Esta institucionalidade que permitiu a

---

<sup>3</sup> A definição “integrada” refere-se a uma oferta educacional em que a educação profissional de nível técnica e ofertada de forma articulada ao ensino médio em um mesmo currículo.

<sup>4</sup> O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, com sede em Natal possui atualmente 22 *campi* instalados, a saber: Natal Central, Natal Zona Norte(2), Natal Cidade Alta, Natal Rocas, Mossoró, Ipanguaçu, Currais Novos, Santa Cruz, João Câmara, Pau dos Ferros, Caicó, Apodi e Macau, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Canguaretama, Ceará-Mirim, São Paulo do Potengi, Lajes, Parelhas, Natal Rocas, Jucurutu e *Campus* de Educação à Distância. De acordo com a lei, é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

<sup>5</sup> Aprofundar em CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: 2005.

adoção e implantação de diversos programas educacionais de caráter profissionalizantes (IFRN, 2012), incluindo o Programa Mulheres Mil.

No contexto das políticas públicas para mulheres, no campo da educação profissional, percebemos que esta discussão ancora-se no direito à educação, no exercício da cidadania, que são lutas antigas e, ao mesmo tempo, atuais, se consideramos a história nacional e nela, a da mulher brasileira. A educação brasileira, assim como a educação da mulher, reflete a concepção de Estado que formou o Brasil em todas as suas contexturas. A educação destinada à mulher reflete a educação do trabalhador, porém com nuances diferentes, pois perpassa a ênfase no trabalho doméstico e na criação dos filhos em todos os momentos (ROCHA, 2017).

### **3 O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO ENTRELAÇAMENTO DOS INTERESSES DA COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E CANADÁ**

O acordo bilateral internacional de cooperação técnica entre o Brasil e o Canadá se dá por meio da representação do Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e representação do Canadá, por meio da Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional (CIDA).

A agenda política do governo na qual foi pensado o Programa Mulheres Mil acomodou as oportunidades comerciais e acordos entre o Brasil e o Canadá diante das metas estabelecidas no plano internacional, relacionadas ao enfrentamento das desigualdades sociais, contemplando a educação, as questões de gênero, a equidade social e a autonomia financeira, ou seja, trata-se de uma agenda concatenada com os interesses econômicos e com os compromissos firmados com as agências internacionais financiadoras das reformas educacionais dos países signatários dos acordos firmados em nível mundial e, de forma particular, os compromissos e parcerias do Brasil.

O Programa Mulheres Mil, a princípio, foi gestado como uma estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais e de gênero, mediante uma oportunidade comercial canadense que envolvia intercâmbios de experiências e conhecimentos no campo da formação profissional. Assim relata Jos Nolle, diretor de Desenvolvimento Internacional do Niagara College, em uma produção do governo brasileiro, intitulada “Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão” (Brasília, março de 2011, disponível eletronicamente<sup>6</sup>).

Para mim, a motivação para participar de projetos como o Mulheres Mil começou há 30 anos, quando fui como jovem da Europa para trabalhar na África do Sul, durante meus estudos universitários. A África, na época, estava sob o regime do Apartheid, onde 10% da população tinha direitos e 90% não tinha nenhum direito. Viajei por partes da África, Ásia e América do Sul. Para mim, um jovem entre 23 e 24 anos, foi uma transformação, porque vi que existiam muitas injustiças. (BRASIL, 2011, p. 14).

---

<sup>6</sup> Link: [https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/projeto-mulheres-mil/ebooks/mulheres\\_mil\\_na\\_rede\\_federal\\_-\\_caminhos\\_da\\_inclusao.pdf](https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/projeto-mulheres-mil/ebooks/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf), acesso em 10 de agosto de 2021.

E assim, Jos Nolle continua:

[...] No Niagara College é interessante porque parte de meu trabalho é na área comercial, para trazer estudantes para estudar no Niagara. Outra parte é na área de desenvolvimento nacional por meio da educação e treinamento. E com minha experiência na América do Sul e na África tentei buscar parceiros em projetos com foco nas pessoas que não têm acesso à educação. Então, quando realizamos o primeiro projeto no Brasil, o objetivo principal foi estabelecer parcerias. Durante esse período, eu tive a sorte de começar um trabalho com o Sérgio França, em Natal. Naquela ocasião, já discutíamos assuntos mais sociais e o papel dos Cefets, que não conseguiam atender as pessoas desfavorecidas, porque tinha seleção que era muito concorrida e só entravam os melhores.

[...] Durante as visitas ao Canadá, no decorrer desse projeto, algumas pessoas do Ministério fizeram observação de RAP (Reconhecimento da Aprendizagem Prévia). Como a ACCC tinha um pouco de dinheiro, nós propusemos fazer algo na área de RAP. Nós iniciamos em Natal, na área de turismo, mas incluindo Salvador, Manaus, Belém e Fortaleza, e treinamos professores para um programa de inclusão social. Marti Jurmain deu o treinamento para os professores, e propusemos que eles fossem às comunidades e selecionassem mulheres, sem educação formal, mas que tivessem experiência de vida e de trabalho. (BRASIL, 2011, p. 15).

Esta parceria bilateral (Brasil-Canadá), também viabilizou o protagonismo do Canadá em outras ações, conforme, indícios achados no Association of Canadian Community Colleges - Annual Report (2009-2010), p. 10:

At the request of the Government of Brazil, ACCC participated in the organizing committee for the “World Forum of Vocational and Technological Education,” held in Brasilia from November 23 - 27, 2009, which attracted more than 15,000 delegates from Brazil and around the world. Many Canadian college representatives participated as panellists, including Nicole Rouillier of Cégep Marie-Victorin, April Krahn of Red River College, and Jos Nolle of Niagara College. During the event, meetings with representatives from Brazil’s council of federal institutes were held to discuss future partnership opportunities. Important focus during the Forum was given to the “Thousand Women” project being implemented by ACCC and Canadian colleges in partnership with the Ministry of Education in Brazil. This project is building the capacity of a number of Brazil’s federal institutes to develop the tools, services, and curricula that attract disadvantaged

women to learning, and enable them to gain employment by linking their training with employers' needs<sup>7</sup>.

Dentre as ações que fazem parte deste acordo, destacamos a cooperação entre a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), que, durante cinco anos (2000 a 2005), desenvolveu uma variedade de programas de capacitação profissional, tendo os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET) como lócus de ensino e de aprendizagem e aperfeiçoamento dos conhecimentos construídos (BRASIL, 2011).

O "Mulheres Mil" enquanto política de educação profissional teve como inspiração, no Brasil, a experiência do curso de extensão de camareira, destinado à Capacitação de 30 senhoras, mães de alunos do projeto Fraldinha, assumido pelo então Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Rio Grande do Norte (CEFET/RN) em 2005, em parceria com o Niagara College, do Canadá. Conforme afirma Sérgio França<sup>8</sup>, membro da Direção Nacional do Mulheres Mil, na obra "Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão":

Mulheres Mil significa também cooperação internacional de grande sucesso, o relacionamento com um país chamado Canadá, que representou e representa características e valores que são tão significativos para as nossas vidas (BRASIL, 2011, p. 10).

Ainda sobre o tema da obra mencionada no parágrafo anterior, identificamos que o experimento formativo desenvolvido no curso de extensão de camareiras e toda a experiência da RBFEP e os consultores brasileiros, bem como a expertise dos consultores canadense e todo o conhecimento e saberes produzidos nos Colleges Canadenses foram basilares e contribuíram para que, no processo de intercâmbio, ocorresse a sistematização, apresentação e implementação de um projeto piloto, intitulado Mulheres Mil, direcionado à formação profissional de mulheres. Conforme descreve França:

---

<sup>7</sup> Tradução: Association of Canadian Community Colleges - Relatório Annual (2009-2010), pág.10, "A pedido do Governo do Brasil, ACCC participou da comissão organizadora para o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica", realizado em Brasília de 23 de novembro - 27 de 2009, que atraiu mais de 15.000 delegados de Brasil e ao redor do mundo. Muitos representantes universitários canadenses participaram como membros do painel, incluindo Nicole Rouillier de Cégep Marie-Victorin, abril Krahn de Red River College, e Jos Nolle de Niagara College. Durante o evento, reuniões com representantes do conselho de institutos federais do Brasil foram realizadas para discutir oportunidades de parcerias futuras. importante foco durante o Fórum foi dado ao projeto "Mulheres Mil" a ser implementado pela ACCC e faculdades canadenses em parceria com o Ministério da Educação no Brasil. Este projeto está a construir a capacidade de um número de institutos federais do Brasil para desenvolver as ferramentas, serviços e programas que atraem mulheres desfavorecidas da aprendizagem, e permitir-lhes obter um emprego, ligando a sua formação com as necessidades dos empregadores".

<sup>8</sup> Sérgio Luiz Alves de França, citado em BRASIL (2001) como Membro da Direção Nacional do Projeto Mulheres Mil.



E foi assim que, em 2003, com o insucesso e as fragilidades de um pequeno projeto de cooperação do Brasil com o Canadá, foi possível um encontro com uma pessoa especial, sensível, perspicaz, parceiro e hoje um grande amigo, o Jos Nolle, que, com sua visão prospectiva, acreditou no antigo Cefet-RN e no novo Presidente que assumia o governo brasileiro, possibilitando assim a conclusão positiva da última etapa do projeto e do resgate da confiança mútua e do profissionalismo entre os dois parceiros, elementos esses base necessária para a continuidade e ampliação da nossa cooperação. O passo seguinte foi construir um projeto piloto que permitiria a continuidade e ampliação da experiência anterior e o compartilhamento da metodologia ARAP. Foram envolvidos mais quatro Cefets das regiões Norte e Nordeste: Bahia, Amazonas, Ceará e Pará. Instituições que em conjunto com nossos parceiros canadenses possibilitaram a formatura, em 2005, daquelas 60 mulheres lá em Natal, consolidando com pleno sucesso o projeto. Os resultados alcançados nos deram forças para acreditar que podíamos ir além, fazer mais, chegar a mais mulheres, romper novas fronteiras e construir um projeto que pudesse ser referência no processo de políticas afirmativas, inclusivas e de equidade, focado especialmente nas mulheres brasileiras que, na nossa visão, eram e são elementos-chave no processo de estruturação das famílias, das comunidades e de todo o seu entorno. Com esta compreensão, passamos então para uma urgente, exigente e nova etapa. Tivemos que elaborar e submeter o Projeto Mulheres Mil às agências e órgãos de governo dos dois países. E aí veio à tona o que nós tínhamos de melhor e que iríamos ver no decorrer de todo o processo de implantação e do nosso projeto: as pessoas. Em uma semana, o Bernard Lachance, a Marti Jurmain, a Márcia Moreschi, o Gutenberg e eu sistematizamos todo o processo, gerando um documento que materializava as experiências, o domínio, o conhecimento e a visão dos nossos dois países. Projeto aprovado, implantado nos 13 estados das regiões Norte e Nordeste, veio o grande desafio, que era fazer acontecer, efetivá-lo, realizá-lo, mas veio também, paralelamente a tudo isso, uma confirmação: nós tínhamos em mão as melhores pessoas e as melhores equipes. Os Colleges e os Institutos estavam presentes, nós tínhamos a ACCC, a CIDA, a ABC, o MEC e a Setec. Tínhamos também os melhores estrategistas, comunicadores, executivos, técnicos, professores, alunos e as nossas alunas. E aí a conclusão não poderia ser diferente. Todos já sabem: sucesso, resultados e impactos muito além do esperado. (BRASIL, 2011, p. 12).

Através da colaboração bilateral entre o Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e da Associação dos Colleges Comunitários do Canadá (ACCC), e no Brasil, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), foi construído o projeto, com a metodologia de Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (RAP) sendo basilar para o desenho e o desenvolvimento do Mulheres Mil, a ser implantado nos estados brasileiros das regiões Norte e Nordeste. Assim descreve Marti Jurmain, docente do Niagara College in Brasil (2011):

A ideia do Mulheres Mil começou no verão de 2005. Fizemos um projeto piloto que foi um sucesso e decidimos fazer um projeto mais longo, tanto para o Brasil quanto para o Canadá. Então, ao final de um projeto em turismo, em Natal, averiguamos se havia interesse das pessoas de participar de um projeto de um ano sobre Avaliação e Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (RAP) (BRASIL, 2011, p. 17).

No que se refere à metodologia, ela resulta da junção da *expertise* das instituições canadenses com a dos CEFET. As instituições de ensino canadenses contribuíram trazendo a metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), mediatizadas por estratégias que garantiam o acesso, a permanência e o êxito ao lidar com populações em situação de vulnerabilidade social. A ARAP encontra-se definida no corpo do Projeto Mulheres Mil/ACCC/ SETEC-MEC, (2007, s/p)

Como um processo que usa uma variedade de ferramentas para auxiliar as pessoas a identificar, articular, documentar e demonstrar aprendizagem com a finalidade de ganhar reconhecimento das instituições educacionais, empregadores ou organizações de credenciamento.

Para o Canadá, a participação nesta cooperação centrava-se em duas vertentes: (a) repassar tecnicamente a metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) como forma de desenvolver, divulgar e aprimorar metodologias sociais de intervenção que possibilitem o desenvolvimento sustentável como prática social sólida e, ao mesmo tempo (b) aperfeiçoar-se quanto ao atendimento aos imigrantes oriundos de países em condições de baixo desenvolvimento. Deste modo, se fez necessário propor, no projeto piloto do Mulheres Mil, a inclusão de diferentes grupos sociais, a compreensão das diversas cadeias produtivas, do contexto das políticas públicas, dos cenários que envolvem o mercado, a setorização da política social em planejamento, a priorização de ações voltadas para desconcentração de renda, a promoção de investimentos sociais em pesquisa, e o incentivo à intervenção pela dimensão social, técnica (BRASIL, 2011). Assim, Marie Josée Fortin, Diretora de Programas de Parcerias Internacionais da ACCC (BRASIL, 2011, p. 13), assinala:

[...] Nós aprendemos a decodificar uma abordagem canadense e recodificá-la em um modelo puramente brasileiro, que atende às necessidades do país e que conserva a flexibilidade requerida pela metodologia do reconhecimento da aprendizagem e habilidades.

O projeto piloto Mulheres Mil foi vigente no período de 2007 a 2010. A experiência propunha o desenvolvimento de competência nos CEFET nas regiões citadas, visando desenvolver as ferramentas, técnicas e currículo para oferecer, em um período de quatro anos, a um mínimo de 1000 mulheres em situação de vulnerabilidade social os serviços de acesso, capacitação e relações com

empregadores que lhes permitissem entrar ou progredir no mercado de trabalho (BRASIL, 2011).

Os objetivos a serem alcançados e a nomenclatura do programa foi sendo delineada à medida que o projeto se desencadeou. Assim, assinala Márcia Moreschi (BRASIL, 2011), ex-gerente executiva do Mulheres Mil e gerente de projetos da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI):

[...] vislumbrávamos que esse era o caminho, e seus resultados e alcance seriam a transformação das mulheres que participariam do projeto em verdadeiras cidadãs, com autoestima elevada e donas da sua própria história, ou seja, seriam 'mulheres nota mil'. Então, o título do projeto não se refere ao quantitativo de mulheres formadas, mas expressa o avanço, a conquista que as elevaria a um novo patamar e à dignidade. Não há tradução para tal expressão no idioma inglês e para o documento canadense ficou '1000 Women' (BRASIL, 2011, p.19).

Ao nos debruçarmos sobre os documentos oficiais, identificamos que a finalidade da ação governamental reside em promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, pois, segundo Pacheco (BRASIL, 2011, p. 05), "nessas regiões se localizam os maiores índices de exclusão social em nosso país," permitindo-lhes melhorar o seu potencial de mão-de-obra, suas vidas e as vidas de suas famílias e comunidades.

O financiamento da iniciativa - do projeto piloto – foi de responsabilidade da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA). Este deu-se mediante suporte de investimento partilhado, cuja totalidade é de \$ 6.653,729 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e setecentos e vinte e nove dólares), assim composta por: \$ 2.145,707 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e sete dólares) solicitados à CIDA, enquanto as contribuições responsabilizadas aos parceiros deu-se da seguinte forma: o Brasil forneceu aporte de \$ 4.057,390 e o Canadá, de \$ 450,632. Registra-se, também, o trabalho voluntário e as doações como estratégia de captação de recursos materiais e humanos, por meio das parcerias locais, não quantificadas (Projeto Mulheres Mil/ACCC/ SETEC-MEC, 2007).

Nesta conjuntura, no momento inicial, a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC) assumiu o papel de coordenação das ações. Dentre elas, destacam-se o trabalho junto ao Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET) e a realização de dois workshops nacionais com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia/SETEC/MEC e CONCEFET. Os parceiros canadenses, a partir de sua *expertise*, construíram uma forte relação de confiança com a SETEC/MEC, CONCEFET e a emergente Rede Norte e Nordeste de Educação Federal Tecnológica (REDENET) nas Regiões Nordeste e Norte<sup>9</sup>. Dessa forma, permitiu-se a vivência de experiências formativas

---

<sup>9</sup> A REDENET, nos documentos consultados acerca do Programa Mulheres Mil, se constitui uma rede que congrega os CEFET do Norte e Nordeste do Brasil. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br), acesso em 10 de fevereiro de 2021.

dentro dos Centros Federais de Educação CEFET. Assim, sobre a cooperação com o Canadá, Sérgio França afirma

País amigo que pensa um mundo mais inclusivo, equânime e justo; que sonha e luta para que as desigualdades sociais, regionais, econômicas sejam reduzidas e, quem sabe, eliminadas. Cooperação exitosa que evidencia um Canadá, nas relações com seus parceiros, focado em ações sustentáveis, baseadas no respeito, no compartilhamento, na transparência, na sensibilidade e no profissionalismo. [...] O Mulheres Mil representa tudo isso, mas tem algo de mais significativo: ele evidencia o valor das pessoas, dos companheiros e dos parceiros. Pessoas que, nos seus mais diferentes papéis de participação, deram o que têm de melhor, doaram-se em sua totalidade. Transformaram pequenas sementes em grandes árvores fortes e saudáveis, tiveram a capacidade de mostrar que é possível fazer a revolução da justiça social pela educação, com as armas que deveriam ser sempre utilizadas, as armas do conhecimento, da sensibilidade, da solidariedade e do profissionalismo (BRASIL, 2011, p. 11).

Reforçando as afirmativas de Sérgio França, podemos reiterar que o Projeto Mulheres Mil, em âmbito nacional, deu-se por meio da atuação de órgãos e agências governamentais, em parceria com os CEFET - atualmente Institutos Federais (IF) - vinculados à REDENET. Estes, por sua vez, buscaram parcerias com instâncias não-governamentais, motivados pelas necessidades operacionais (administrativas e pedagógicas) relacionadas à execução dos subprojetos (BRASIL, 2011). O Quadro 01 relaciona os subprojetos, apresentando suas características principais.

**Quadro 01:** Subprojetos Mulheres Mil por Estado referente à 1ª iniciativa, considerada como projeto piloto do Mulheres Mil

Instituto Federal	Denominação do projeto	Área de Formação	Parcerias Brasileiras	Colleges Parceiros
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM	Transformação, Cidadania e Renda	Turismo	Governo do Estado do Amazonas/Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-AM)	Niagara College, George Brown College e Collège Montmorency
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Biojóias – Rede de Vida	Artesanato	Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná e Secretaria Estadual de	New Brunswick College of Craft and Design e

de Rondônia - IFRO			Educação de Rondônia	<i>Cégep Marie-Victorin</i>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR	Inclusão com Educação	Alimentos	Secretaria de Educação do Estado de Roraima, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RR), Serviço Nacional da Indústria (Sesi-RR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-RR), Fórum da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Secretaria de Justiça do Estado, Universidade Federal de Roraima (UFR), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).	<i>Red River College e Cégep Régional de Lanaudière.</i>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - IFTO	Cidadania pela Arte	Artesanato e Bioarte	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-TO), Prefeitura de Palmas, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-TO), Instituto Ecológica.	<i>New Brunswick College of Craft and Design e Cégep Marie-Victorin</i>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL	O Doce Sabor de Ser	Alimentos	Secretaria de Estado de Educação de Alagoas, ECAPEL (papelaria), Projeto Raízes de África – ONG Maria Mariá, Cooperativa de	<i>Red River College e Cégep Régional de Lanaudière</i>

			Funcionários do Banco do Brasil, Pastoral da Barra Nova – Freiras Canadenses, Aeroturismo.	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA	Um Tour em Novos Horizontes	Turismo e Cuidador de Idoso	Terreiro Mokambo, Centro de Meditação Raja Yoga Brahma Kumaris, Associação de Moradores da Comunidade Vila Dois de Julho (Amovila), Igreja Batista Betesda, Paróquia de São Lázaro, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do IFBA	<i>Niagara College, George Brown College e Collège Montmorency</i>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE	Mulheres de Fortaleza	Turismo, Manipulação de alimentos e Governança	ONG Emaús, Associações de Bairro do Pirambu, Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica (CPQT) e Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – Ceará.	<i>Niagara College, George Brown College e Collège Montmorency</i>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão- IFMA	Alimento da Inclusão Social	Técnicas de conservação e manipulação de alimentos	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-MA), Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (Funcema), Associação Comercial do Maranhão (Ascom), Olívio J. Fonseca, Bondiboca, Panificadora Pão Nosso, Panificadora	<i>Red River College e Cégep Régional de Lanaudière</i>

			e Confeitaria Sabor e Qualidade, Fundação José Sarney	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB	Desenvolvimento Comunitário – Impacto na Qualidade de Vida e Ambiental	Pesca, Artesanato e Meio ambiente	Não consta nos dados.	<i>Cégep de la Gaspésie et des Îles</i>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE	Culinária Solidária	Culinária	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-PE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	<i>Red River College e Cégep Régional de Lanaudière</i>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI	Vestindo a Cidadania	Moda e confecção	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PI), Prefeitura Municipal de Teresina, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Casa de Zabelê (Ação Social Arquidiocesana – ASA)	<i>New Brunswick College of Craft and Design e Cégep Marie-Victorin</i>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN	Casa da Tilápia	Beneficiamento do couro do peixe, Alimentos e Artesanato	Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (Funcern), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Prefeituras Municipais de Ceará-Mirim, João Câmara, Pureza e Touros	<i>College Cégep de la Gaspésie et des Îles</i>
Instituto Federal de	Do Lixo à Cidadania/	Artesanato com	Ministério Público Estadual,	<i>New Brunswick</i>

Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFSE	Pescando Cidadania e Arte	reaproveitamento de resíduos sólidos e Arte na culinária	Universidade Federal de Sergipe (UFS), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-SE), Secretaria Estadual de Inclusão Social, Grupo de Saúde e Prevenção nas Escolas, Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico de Sergipe (FUNCEFET-SE), Instituto de Beleza Cida Duarte e educadores voluntários	<i>College of Craft and Design e Cégep Marie-Victorin</i>
--	---------------------------	--	--	---

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações que constam no Livro Mulheres Mil: do sonho à realidade = Thousand women: making dreams come true = Mile femmes: du revê à la réalité. Organização: Stela Rosa. – Brasília: Ministério da Educação, 2011.

Ao analisar os treze subprojetos que compõem o projeto piloto Mulheres Mil, mencionados no Quadro 1, desenvolvidos nos Estados da região Norte (Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins) e na região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte), percebe-se que o componente integração é fundamental para a estrutura e operacionalização do referido projeto, pois o seu desenho demonstra que os diferentes setores da vida comunitária e os distintos agentes públicos e privados responsáveis pela materialização das políticas públicas devem definir e implementar políticas e ações conjuntas, baseadas nas prioridades da comunidade, segundo seus problemas, oportunidades e recursos.

A relação e parceria entre brasileiros e canadenses na integração de instituições, empresas e indivíduos em um único projeto é significativa. No tocante à participação das instituições educacionais canadenses, identifica-se a atuação de seis Colleges e três Cégep. Em se tratando das instituições brasileiras, percebe-se o envolvimento de diversas instituições e/ou entidades, empresas e indivíduos, tais como: Institutos e Universidades Federais, Secretarias de Estado e de Municípios,



Escolas Públicas, Igrejas e Terreiros, Sistema “S”<sup>10</sup>, Ministério Público, Fundações, Centros de Pesquisa, Organizações Não-Governamentais, Empresas e profissionais ou membros de comunidades como serviço voluntário.

Neste cenário, os CEFET, agora Institutos Federais (IF), que detinham habilidades semelhantes às das faculdades e institutos parceiros canadenses, se colocavam desafiados, no tratamento de populações desfavorecidas e marginalizadas. A ideia era promover a inclusão social e garantir o acesso à educação por meio da profissionalização, uma vez que os então CEFETs se distanciaram, no percurso histórico das suas origens, da missão de atender os trabalhadores, como uma instituição de ensino voltada para as classes desfavorecidas e, em alguns moldes, como medida protetiva, atender os desvalidos da sorte. Os CEFET projetavam-se no país como uma instituição que atendia público diferenciado, devidamente selecionado, a partir de conhecimentos científicos.

Por meio do projeto Mulheres Mil, o desafio consistia em desenvolver sistemas de informação, infraestrutura, políticas e procedimentos que possibilitassem personalizar ou desenvolver e implementar ferramentas e técnicas para atender às mulheres vítimas do processo de exclusão social, como também proporcionar capacitação personalizada para atualização e verticalização acadêmica, desenvolvimento de habilidades técnicas, desenvolver pesquisas aplicadas, programas de formação continuada de docentes e material didático contextualizado. As instituições precisavam, também, desenvolver relações formais com a comunidade empregadora (trabalho formal), traçando metodologias para desenvolver programação voltada às necessidades do empregador e do grupo público-alvo.

O discurso da inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho por meio da qualificação profissional neste cenário também é presente para as mulheres trabalhadoras, e se constitui um princípio orientador na RFEPT, que objetiva a oferta de uma modalidade educacional a qual disponibilize àquelas mulheres que vivem do trabalho uma oportunidade de certificação profissional articulada à inclusão social subordinada às cadeias produtivas (MOLL, 2010).

Percebemos que a operacionalização do projeto, mediante a aplicação do ARAP para mulheres desfavorecidas, proporcionava às mulheres a oportunidade de articular um objetivo de emprego, identificar e documentar a aprendizagem relevante para o objetivo definido e, de forma a terem a aprendizagem avaliada e reconhecida por educadores ou empregadores.

No documento intitulado “Association of Canadian Community Colleges - Annual Report (2009-2010)” p. 12, encontra-se o seguinte registro:

---

<sup>10</sup> Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Fonte: Agência Senado, disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

Important focus during the Forum was given to the “Thousand Women” project being implemented by ACCC and Canadian colleges in partnership with the Ministry of Education in Brazil. This project is building the capacity of a number of Brazil’s federal institutes to develop the tools, services, and curricula that attract disadvantaged women to learning, and enable them to gain employment by linking their training with employers’ needs<sup>11</sup>.

De projeto piloto a um programa governamental. É nessa conjuntura que o acordo bilateral Brasil/Canadá produz a tecitura do Programa Nacional Mulheres Mil, instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho 2011, passando a ter status de Política Pública pelo Ministério da Educação, a ser executado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). Assim aponta a supracitada Portaria:

Art. 1º - Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes:

- I - Possibilitar o acesso à educação;
- II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III - Promover a inclusão social;
- IV - Defender a igualdade de gênero;
- V - Combater a violência contra a mulher (BRASIL, 2011a)

De acordo com o guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito do programa nacional Mulheres Mil, em linhas gerais, a ARAP consiste em “certificar todas as aprendizagens formais ou não formais e proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação” (BRASIL, 2011, pág. 4). Sendo assim, a metodologia de trabalho para o Mulheres Mil foi definida a partir da ARAP e consistia em cinco etapas, conforme descrita no quadro 02:

---

<sup>11</sup> Foco importante durante o Fórum foi dado ao projeto “Mil Mulheres”, que está sendo implementado por ACCC e faculdades canadenses em parceria com o Ministério da Educação do Brasil. Este projeto está construindo a capacidade, em vários institutos federais, para desenvolver as ferramentas, serviços e currículos que atraem mulheres desfavorecidas para a aprendizagem e as capacitam para obter emprego, vinculando seu treinamento com os empregadores.

**Quadro 02:** etapas que explicam o sistema de acesso, permanência e êxito no programa nacional Mulheres Mil

<b>Etapa</b>	<b>Detalhamento</b>
<b>1ª - Definição da Equipe Executiva Multidisciplinar e do espaço institucional</b>	Construção de equipe de perfil técnico e docente com postura solidária e colaborativa, responsável pelo desenvolvimento das demais etapas e pela sistematização das ações dentro de um processo inclusivo e afirmativo; Definição de um local na instituição para ser referência no desenvolvimento dos serviços De acesso, permanência e êxito das mulheres no programa. responsável pelo desenvolvimento das demais etapas e pela sistematização das ações;
<b>2ª - Diagnóstico</b>	Levantamento das informações do locus de vida cotidiana e aprendizagem das aprendentes e da sensibilização da instituição para o reconhecimento e criação dos cursos profissionalizantes, articulados à vocação econômica regional (comunidade empregadora) e a demanda apresentada pelas mulheres, bem como a formação dos profissionais da instituição e dos parceiros para estabelecer a oferta dos cursos, com duração mínima de 160 horas
<b>3ª - Acesso</b>	É desenvolvido em princípios de educação de adultos, mas também no reconhecimento que as aprendizes desfavorecidas e não tradicionais exigem serviços educacionais especializados para encorajá-las a ingressar em estabelecimentos de ensino, permanecer em um programa de capacitação e prepará-las efetivamente para um emprego que seja significativo em suas vidas. O modelo do serviço de acesso inclui: a) Serviços e técnicas de busca que atinjam o grupo alvo onde as mulheres vivem ou trabalham e que as encoraje a ingressar no sistema de ensino; b) Serviços de ingresso que sejam confortáveis e formais para estas mulheres, respeitando suas origens e circunstâncias e não-ameaçadores; c) Serviços de consulta e aconselhamento que permitam as mulheres analisar seus objetivos e barreiras de um modo realista; d) Serviços de avaliação que podem identificar e avaliar de forma genérica o conhecimento e as habilidades aprendidas, como também avaliar o conhecimento e habilidades técnicas necessárias a um determinado setor de trabalho ou emprego; e) Serviços de encaminhamento e acompanhamento durante e após a capacitação das mulheres desfavorecidas, assegurando que elas alcancem seus objetivos o quanto possível.
<b>4ª - Permanência</b>	Plano Educacional - Formação profissional mediante um currículo articulado com os arranjos produtivo locais – diálogo com o mercado de trabalho: a) Construção de um currículo pautado nos objetivos da aprendiz com contribuições genéricas, de bases científicas, em que os programas incluíssem: idioma; matemática aplicada

	<p>básica; conhecimento de informática; empreendedorismo para o desenvolvimento de negócios cooperativos; educação ambiental e saúde; cidadania; relações humanas; cooperativismo; direitos das mulheres e conhecimentos voltados a profissionalização;</p> <p>b) Práticas pedagógicas integradas, colaborativas;</p> <p>c) Avaliação formativa, certificação profissional, construção de um portfólio;</p> <p>d) Incentivo ao protagonismo feminino;</p> <p>e) Aperfeiçoamento das competências já adquiridas no cotidiano, de forma que, por meio de uma formação inicial - profissional – a aluna obtivesse um certificado profissional;</p> <p>f) Articulação de políticas afirmativas e inclusivas disponíveis no sistema público;</p> <p>g) Assistência estudantil por meio do transporte, material didático, uniformes e, em alguns locais, o espaço e atividades para os filhos enquanto as alunas estiverem em aulas.</p>
<b>5ª - Êxito</b>	<p>Acompanhamento sistemático, certificação apropriada e encaminhamento ao emprego através dos serviços formais de articulação com a comunidade.</p> <p>Os resultados esperados seriam o desenvolvimento da competência de mulheres, valorização do individual – de cada mulher desfavorecida. O êxito resultaria na competência adquirida e desenvolvida, capaz de produzir mudanças significativas na vida das mulheres e da sua família. Essas competências deveriam incluir os seguintes aspectos:</p> <p>a) Aumento da autoconsciência;</p> <p>b) Aumento da autoestima e autoconfiança;</p> <p>c) Novos conhecimentos e habilidades;</p> <p>d) Crescente habilidade para melhorar as vidas de suas famílias e para participar da vida social e econômica das comunidades nas quais vivem.</p>

Fonte: BRASIL (2011).

De acordo com a Portaria nº. 1.015, de 21 de julho 2011, as ofertas formativas eram, prioritariamente, de responsabilidade da rede de educação profissional pública, no âmbito federal, estadual e municipal, podendo ser assumidas por organizações privadas nacionais do serviço social, aprendizagem e formação profissional, identificado como Sistema “S”: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e entidades privadas sem fins lucrativos de reconhecida competência no campo da educação profissional.

Art. 3º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado por instituições de educação profissional e tecnológica, permitindo-se a parceria com instituições de ensino regular.

§ 1º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado, prioritariamente, pelas instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais.

§ 2º O Programa Mulheres Mil poderá ser ofertado pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S") e entidades privadas sem fins lucrativos, sendo as últimas, de comprovada experiência em educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011a).

Tornando-se um programa governamental nacional, pertinente às ações do Plano Brasil Sem Miséria, o projeto assumiu, primeiramente, a finalidade de ofertar cursos profissionalizantes para o público específico – as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de cursos de formação inicial e continuada com carga horária mínima de 160 horas. Conforme está assegurado e orientado em seu instrumento legal, a elevação e ampliação das ofertas educacionais poderiam ser programadas em outros níveis, etapas e modalidades de ensino.

As instituições de ensino ofertantes de cursos e projetos do Programa Nacional Mulheres Mil são responsáveis pela elaboração da proposta pedagógica dos cursos a serem oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas. No currículo, é dada ênfase a temas como: direitos e deveres das mulheres; empreendedorismo; economia solidária; saúde da mulher; elevação da autoestima; inclusão digital; conhecimentos básicos de Matemática, Língua Portuguesa, entre outros; buscando promover a inclusão produtiva, sustentabilidade, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entrelaçamento dos fios que deu origem ao tecido da cooperação bilateral entre o Brasil e o Canadá, foi notório o alinhamento aos interesses dos acordos internacionais para agenda da educação no contexto político dos anos pós 1990. O Programa Nacional Mulheres Mil, em sua finalidade dialoga, com a pauta da agenda de luta dos movimentos sociais, muito embora seu berço seja internacional, as instituições que o acolheram teceram acordos que consideram os interesses de movimentos sociais de mulheres no país.

A concretização enquanto política pública de educação profissional com perspectivas inclusivas e afirmativas se coaduna com a amplitude do compromisso da Rede Federal, representada pelos antigos CEFET, atualmente, por força de Lei nº. 11.892/2008, transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, visualizamos que as perspectivas assumidas perante a sociedade são extensas: ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, ofertar cursos em consonância com arranjos produtivos locais, estimular a pesquisa aplicada, ofertar cursos de licenciatura e programas de extensão sem deixar de fora as mulheres em situação de vulnerabilidade social.

No cerne das disposições dos atores envolvidos no Mulheres Mil, reside a pretensão de construir, de forma completamente diferenciada, o que tem sido objetivo primeiro da escola: o de promover melhorias individuais e comuns em prol de uma sociedade mais justa. Em se tratando da relação com a metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia advinda do Canadá, percebe-se que seus fundamentos coadunam com o princípios constitucionais do Brasil, que garantem a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de

aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, dentre outros que sedimentam a escola inclusiva e afirmativa.

É perceptível a contribuição internacional no intercâmbio de conhecimentos e técnicas gerencias, bem como de tecnologias sociais inovadoras para a estruturação de políticas públicas educacionais no campo da educação profissional, principalmente para mulheres no Brasil quando se observa o desenvolvimento do Programa Nacional Mulheres Mil, sobre o que observo que são necessárias novas pesquisas.

A nova institucionalidade da RFEPT representa a expansão e interiorização de instituições de ensino mais voltadas para populações carentes – que antes se concentravam nas capitais e nas regiões litorâneas do país - assim como o reordenamento de seus objetivos superando a função de qualificação de mão-de-obra para, efetivamente, contribuir para a democratização do ensino e a melhoria da educação brasileira. Sendo assim, considera-se que essa expansão foi favorável ao desenvolvimento do programa em estudo.

Uma observação necessária é que o Programa Nacional Mulheres Mil, na sua essência, está submetido à ideologia da empregabilidade, que na discussão da relação educação e trabalho realizada pelos autores referenciados neste trabalho, em termos de desenvolvimento educacional, significa mobilização autônoma do indivíduo para buscar as oportunidades que a sociedade (ou o mercado) oferece. Contudo, temos que nos preocupar no sentido de que empregabilidade sem condições materiais de existência se traduz em falácia. Por isso, propomos ações estatais para viabilizar o processo de empregabilidade se for essa a trama necessária para que o tecido social não se esgace pelas ourelas.

Ao propor ações como o programa descrito nesse estudo, o Estado reconhece direitos conquistados tanto pelas mulheres, como pela classe trabalhadora e se coloca como mediador na luta contra as consequências nefastas do capital, tessitura esta que decorre de um processo no qual forças se unem com o intuito de abranger o desenvolvimento individual e social, no amparo aos direitos fundamentais humanos e sociais que são inalienáveis.

Por fim, o Programa Nacional Mulheres Mil, na sua contextura, traz fios que se entrelaçam, arrematam, e se desalinham, e que vão permitindo que o tecido ora se constitua resistente, ora esgarçado, assim como a sociedade cindida em classes.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.
- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BOBBIO, N.. **Teoria Geral da Política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 110 de junho de 2021.

BRASIL. **Guia metodológico do sistema de Acesso, permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. MEC/MDS, 2012.

BRASIL. Lei nº. 10.933/2004. **Plano Plurianual 2004-2007.** Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2004-2007/040811\\_lei\\_10933.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2004-2007/040811_lei_10933.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1015/2011.** Institui o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category\\_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Miséria.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mulheres Mil\_E-book\_artigos\_e\_relatos.pdf.** Disponível em: < [https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/projeto-mulheres-mil/ebooks/mulheres-mil\\_ebook\\_artigos\\_e\\_relatos.pdf](https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/projeto-mulheres-mil/ebooks/mulheres-mil_ebook_artigos_e_relatos.pdf) >. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

BRASIL. **Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão.** Brasília, 2011. Disponível em:<  
file:///C:/Users/1673381/Downloads/mulheres\_mil\_na\_rede\_federal\_-\_caminhos\_da\_inclusao%20(2).pdf >. Acesso em 21 de agosto de 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – 2014-2024.** Lei nº 13.005/2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: novembro de 2020.

BRASIL Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.114 p.

CANADÁ. ASSOCIATION OF CANADIAN COMMUNITY COLLEGES - **Relatório Annual - 2009-2010.** 2010(pdf).Link: <https://www.collegesinstitutes.ca/wp-content/uploads/2014/05/annualreport2009-2010.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2021.

DÍAS, L. M. Instituições do estado e a produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMA DAMORE, A. D; CATTANI, A. D. (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina.** Tradução: Ernani Só. — Porto Alegre: Tomo Editorial/ Clacso, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/06mota.pdf>>. Acesso em: 10 julho de 2021.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964.1985).** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político Pedagógico do IFRN: Uma construção Coletiva – Documento Base**. Natal/RN: IFRN, 2012.

MACHADO, A. M. **Texturas sobre leituras e escritas**. Nova Fronteira, RJ: 2001.

MOLL, J *et al.* **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, D.H. Ensino Médio e educação profissional no Brasil. In: FRANÇA, M.; BEZERRA, M. C. (Org.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Líber Livro, 2009.

MOURA, D. Ensino médio e educação profissional nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, D. (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Porto Alegre: Mercado das Letras, 2013.

ROCHA. R.C. **O Programa Nacional Mulheres Mil no Contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal/RN.179p. 2017

ROCHA, R.C.; SILVA.L.L.S. Políticas de Educação o Profissional para Mulheres no Brasil: Buscando indícios na Sociedade Brasileira de História da Educação. In: II Congresso Nacional de Educação. **Anais...** Editora Realize, 2005;

ROCHA, R.C.; SILVA, L. L. S. Reflexões iniciais sobre políticas públicas de educação profissional e gênero no Brasil no século XXI. **Anais...** III Colóquio Nacional a Produção do Conhecimento em Educação Profissional - Plano Nacional de Educação (2014 -2014), 20015, Natal-RN. **Anais...** Natal-RN: IFRN-EaD, 2015. v. único. p. 1-9.

SILVA, L. L.S., FERREIRA, M. A.S., AZEVEDO, M. A. & ROCHA. R. de C.. Políticas De Educação Profissional para a Educação de Jovens e Adultos: O PROEJA e o Projeto Mulheres Mil em contextos de Incertezas. In: **Rumos da educação e formação de jovens e adultos em Portugal e no Brasil: um balanço comparado de políticas e práticas [recurso eletrônico]** / organizador Rosanna Barros, Paulo Gomes Lima, Márcio Azevedo – Natal: Editora IFRN, 2019. 410 p.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnia. **Educação, Trabalho e Saúde**. 2003, v.1, n.1, p.131-152. ISSN 1981-7746. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.